



DESTAQUES DA IMPRENSA

A partir deste número, a seção "Destaques da Imprensa" terá caráter regular, destinando-se a inserir matéria selecionada da grande imprensa, cuja análise seja considerada de interesse nacional ou de palpitante atualidade internacional. É com esses critérios que levamos aos nossos leitores esta nova seção.

A SUPERPOTÊNCIA DO TERCEIRO MUNDO

Descobriu-se hoje que a União Soviética é uma superpotência do Terceiro Mundo. Tem vasto poderio nuclear, faz proezas espaciais e, ao mesmo tempo, seus níveis de consumo e desconforto são típicos do Terceiro Mundo.

A expectância média de vida declinou no último decênio enquanto ascendeu a taxa de mortalidade infantil. Sob esses aspectos, os soviéticos se inferiorizaram até mesmo em relação a vários países do Terceiro Mundo. A escassez de bens e serviços, que gerou a civilização das "filas", são evidências de uma economia de escassez e não da economia de abundância, que Marx anteviu como meta do socialismo e que acabou sendo realização do capitalismo. A "glasnost" abriu frestas na cortina do silêncio, e os insti-

tutos internacionais de pesquisa começaram a reavaliar, para baixo, a economia soviética. Estima-se que ela representaria hoje 1/3 e não metade do PIB americano; e a sobrecarga armamentista alcançaria 25% do PIB ou seja, o quádruplo do esforço bélico americano, que orça em torno de 6% do PIB. Análises recentes indicam também a rápida desaceleração da economia soviética - a média anual de crescimento real foi de 5% na década dos sessenta, declinando para 2% ao ano na era Brezhnev, e zero por cento na década dos oitenta. Esta recente estagnação é particularmente pungente, precisamente por ocorrer quando no mundo explodem as revoluções de informática, de biogenética, das comunicações e da automação industrial.

É contra esse "background" que de-

vem ser contempladas as investidas originais e criadoras da "glasnost" e da "perestroika". Gorbatchov se especializou na arte de transformar a necessidade em virtude. E de doar o que não está em seu poder recusar. Sob Brezhnev, com suas incursões no Afeganistão, Angola e Etiópia, o perfil político externo cada vez mais se divorciara do substrato de poder interno.

Não é difícil analisar as motivações que levaram o grande comunicador Gorbatchov a apresentar ao exterior, em seu celebrado discurso na ONU, um socialismo de face humana, aventura pela qual Dubcek fora destronado na Tchecoslováquia, em 1968. O primeiro motivo é preservar recursos para a modernização interna, através do encolhimento dos engajamentos externos. A ideologia da "internacionalização do socialismo" foi substituída pela cooptação de métodos capitalistas, no afã de diminuir a ineficiência do dirigismo. O segundo objetivo, trazido na idéia do "Grande Lar Europeu", é separar os Estados Unidos da Europa. Trata-se de uma isca para que os europeus percam interesse na modernização dos mísseis de curto alcance e no reforço das armas convencionais.

Os estadistas ocidentais mais experientes veem com suspeita esse neopacifismo oportunista. Segundo Kissinger, tanto os Estados Unidos como a União Soviética "estão" na Europa, um por contingência geográfica e outro por contingência geopolítica. Para equilíbrio do poder mundial, ou ambos ficam na Europa ou ambos dela saem. Nesta última hipótese ter-se-ia que redefinir culturalmente a Europa — que se estenderia do Atlântico até a fronteira oriental polonesa — pois os satélites europeus tendem a gravitar para a cultura ocidental. A Rússia, com seu vasto império asiático, não é realmente parte do "lar comum europeu". Os Estados Unidos, por sua vez, são convidados nem sempre bem-vindos... Uma terceira manobra é seduzir a Alemanha Ocidental com um tentador aceno à eventual reunificação alemã. Cria-se assim uma cunha psicológica entre Bonn, Washington e Paris. O quarto objetivo de Gorbatchov é compensar o frustrante declínio econômico interno, através de grande inventividade diplomática externa. O fim da

Guerra Fria é exatamente o de que Gorbatchov necessita para readquirir margem de manobra interna em relação a três obstáculos à vista — a questão das nacionalidades externas e internas; a resistência da Nomenklatura partidária, que se aferra intransigentemente à função de vanguarda do partido e à centralização do poder político; a questão da modernização econômica, que cria sensação de insegurança durante a passagem do Estado onipresente para a economia competitiva.

Além de uma soberba operação de relações públicas, que terá Gorbatchov realmente ofertado ao Ocidente? Primeiramente, uma redução unilateral de crescimentos convencionais, menos significativa do que parece; em tanques, sua superioridade declarada baixaria de 3 para 2,5 tanques para cada tanque ocidental. Na artilharia, a vantagem soviética declinará de 3,3 para 2,4 por cada peça de artilharia.

Em segundo lugar, a retirada de 500 mil soldados. Isso tem certamente a vantagem de sacudir a modorra que cerca as negociações de armamentos convencionais. Como 50 mil soldados seriam retirados das tropas de ocupação no Leste Europeu, haverá um alívio de pressão soviética, ensejando um pouco mais de espaço às tendências ocidentais dos satélites externos, como Polônia e Hungria.

Terceiro, a atenuação da alergia soviética às verificações "in loco". Isso não só permite maior confiabilidade na verificação, como é um ator de criação de confiança ao nível do relacionamento humano.

Espetacular como relações públicas, mas irrealista em termos práticos, é a sugestão russa de uma moratória de até cem anos para a dívida dos países mais pobres. Essa generosidade é fácil, visto que a Rússia emprestou somente a países ideologicamente confiáveis mas economicamente inviáveis. As probabilidades de reembolso são nulas. Em todos os casos, foram empréstimos governamentais, sem responsabilidade de explicações aos acionistas. No caso do Ocidente, os empréstimos são muito maiores, parcela importante provém de bancos privados e se destinaram a países cuja crise

se considera mais de liquidez que de insolvência. A dívida é grande demais para ser perdoada e os países diferentes demais, em recursos, potencial de exportação e gerenciamento econômico para um exercício de filantropia planetária.

Pois que há três tarefas distintas, há três diferentes Gorbachovs, com variáveis probabilidades de êxito. No plano diplomático, revelou-se soberbo e bem-sucedido estrategista. No plano político, o sucesso é mais duvidoso; desprestigiou-se a velha fórmula da "ditadura do proletariado", mas não se aceita o pluralismo partidário e sim apenas uma forma incipiente de competição "dentro do partido". De qualquer forma, institucionali-

zou-se o rodízio das lideranças, que serão eleitas pelo novo Parlamento e não mais pelo Presidium.

A "perestroika" não surtiu ainda efeitos palpáveis no rejuvenescimento econômico. A economia é o calcanhar-de-aquiles de Gorbachov. Para modernizá-la é necessário liberar o sistema de preços e aceitar a sinalização do mercado. E a Rússia tem tradicionalmente infinita tolerância para a imprevisibilidade do burocrata e nenhuma tolerância para as vicissitudes do mercado. Preferem os macroerros aos microajustamentos.

Os ocidentais torturam-se em prever o futuro; os soviéticos torturam-se em escrever o passado.

Transcrito do Jornal O GLOBO, edição de 18.12.88 (artigo assinado pelo Senador Roberto Campos).

PARA ONDE VAMOS

Encerradas as eleições municipais, apurados os votos nas principais cidades, identificados os eleitos, chegou a hora de interpretar as tendências do eleitorado, buscar entender as razões das escolhas e avaliar, no confuso quadro político em que vivemos, o seu significado para o futuro do país. A tarefa é complexa e a ela vem se dedicando os políticos, os analistas e os cientistas sociais. Parece não haver dúvidas, porém, quanto às características principais do voto majoritário: protesto e desforra. Voto de oposição a tudo e a todos que, justa ou injustamente, foram identificados com as dificuldades porque passa a grande massa da população. Sequer percebe-se, a nível nacional, uma efetiva vinculação doutrinária ou ideológica do eleitor, haja vista inclusive os resultados de Recife, Salvador, Fortaleza,

Florianópolis e Curitiba de um lado do espectro político e no outro de São Paulo, Rio, Porto Alegre, Campinas e de parte do ABCD. Eleição livre é, sempre, um belo espetáculo de participação e de civismo. Não obstante, não há como ignorar que democracia, embora não se faça sem eleições, não se consolida apenas com elas. O momento, por isso mesmo, enseja a oportunidade de discutir algumas questões essenciais, sendo a primeira (e a mais importante) o que se pretende fazer no país, no campo político e no econômico.

A crise em que estamos mergulhados — e que influenciou as recentes opções eleitorais de forma dramática — é tão grande e tão profunda que nos obriga a todos ampliar a participação e o engajamento na busca de soluções duradoras. O drama nacional não está, apenas, em

reconhecer as dificuldades de natureza financeira, econômica ou social. A Nação como que perdeu a sua identidade e falta-lhe objetivos. Por ser política, a crise atingiu as lideranças e as estruturas partidárias tradicionais, corroídas por alianças de ocasião e viciadas por práticas fisiológicas e clientelistas que não mais encontram respaldo popular. Por ser econômica, aprofundou a desorganização do Estado e das finanças públicas e ameaça comprometer qualquer esforço sério de desenvolvimento econômico, pela virtual paralisação dos investimentos na infraestrutura de energia elétrica, combustíveis, comunicações e transportes. A Nação que nos últimos trinta anos realizou bem-sucedido programa de desenvolvimento econômico, substituiu importações, implantou um parque industrial moderno e integrado, alcançou níveis de produção agrícola extraordinário, encontra-se hoje sem horizontes. O voto de protesto e de desforra já falou. E agora, o que queremos e para onde vamos? De um lado as propostas radicais, autarquizantes e isolacionistas, voltadas à construção de uma sociedade de concepção marxista, arcaica e já abandonada pelas lideranças modernas e pragmáticas da Europa Ocidental da Ásia e agora até da União Soviética e da China. De outro lado a fórmula moderna e não ideológica, a tenta às necessidades sociais e pautada na liberdade de investir, inovar, disputar mercados e crescer integrada nas economias dinâmicas do primeiro mundo. As vitórias do PT em algumas grandes metrópolis (São Paulo e Porto Alegre), o seu crescimento do Rio, Belo Horizonte e cidades importantes do rico interior paulista, representam um fato novo que impõe, a todos os que repudiam o marxismo e suas variantes, reflexão e ação política competente.

Não se trata, apenas do crescimento de um partido político. Há muito mais. A CUT - braço sindical do PT - "no esforço de unificar a classe trabalhadora no enfrentamento com a classe patronal", realizou bem formulado trabalho de análise, editado para a CONCUR em setembro de 1988. Na melhor técnica de pesquisa de mercado capitalista, identificou os funcionários públicos da administração direta e das empresas estatais como alvo

preferencial (daí resultando as greves em Brasília, dos metroviários de São Paulo, dos previdenciários, dos professores estaduais e municipais no Rio). O objetivo seguinte seria conquistar os sindicatos dos trabalhadores nos serviços essenciais (eletricitários, petroleiros) e os bancários e processadores de dados. Os números da pesquisa da CUT falam por si mesmos: dos 15 maiores sindicatos de metalúrgicos 10 são cutistas (inclusive o de Volta Redonda); nos bancários e telefônicos 4 dos 5 maiores; 94% dos previdenciários e expressivo contingente de sindicatos de químicos e petroquímicos. O importante, ressalve-se, não é o tamanho da organização sindical. As centrais americanas e européias abrangem universos imensos, são poderosas economicamente e têm desempenhado importante papel na evolução pacífica das relações de trabalho e em inegáveis e justas conquistas trabalhistas e sociais. O grave é o engajamento político-partidário e a sua clara vinculação a um projeto de poder voltado à implantação de um regime marxista. O PT enquanto busca o seu crescimento pela via sindical e pela generosa (e algumas vezes ingênua) estrada da democracia e do pluralismo, abriga no seu interior tendências claramente antidemocráticas. Basta citá-las pelo nome: Partido Revolucionário Comunista Brasileiro, Movimento Comunista Revolucionário, Aliança de Libertação Proletária, Organização Revolucionária Marxista, Quarta Internacional etc. etc. Aliás, durante o CONCUR (Congresso da CUT, setembro 88), foram propostas entre outras, as seguintes diretrizes para o triênio 89/91:

1. Ter como objetivo fundamental a conquista do poder, assumindo a condução do Estado, a partir do seu programa para toda a sociedade.
2. Desafiar, aberta e concretamente, todos os limites impostos pelos patrões e seus representantes.
3. Articular lutas de resistência com estratégias de intervenção, tendo em vista atingir a mudanças mais profundas na sociedade brasileira.
4. Apoiar a América Central na luta revolucionária, na defesa das revoluções cubana e sandinista e na libertação nacional de El Salvador e Guatemala,

frente às agressões dos Estados Unidos.

5. Confisco de terras e desapropriação sem indenização.

O PT, na sua linha de coerência, nunca escondeu a sua ideologia marxista e os seus propósitos. Muitos eleitores, talvez, movidos pela frustração e desencanto, votaram sem perceber as consequências políticas das suas escolhas. Cabe às correntes não marxistas, com a mesma clareza, explicitar as suas posições e testar, nas urnas se o povo brasileiro deseja, de fato, a opção radical. A democracia brasileira, tão frágil e tão recente, passa por inequívoca prova de resistência. Todos os democratas verdadeiros devem mobilizar-se para impedir abusos e as tentativas, cada vez mais visíveis, de instituir um poder sindical atrela-

do a um projeto político sectário. O direito de greve conferido pela Constituição não pode servir de pretexto para a invasão de propriedades públicas ou privadas, nem muito menos, em seu nome privar a população de produtos ou serviços essenciais. Na Inglaterra, a partir do final dos anos 40, o poder sindical inviabilizou o progresso e a recuperação econômica do pós guerra e foram necessários quase 30 anos para que, sob nova liderança e novos conceitos, os direitos trabalhistas fossem respeitados, mas preservada a prevalência do poder civil eleito por todos e não por classes. A democracia vale o esforço da construção. Na minha mocidade se dizia que "o preço da liberdade é a eterna vigilância." Continua sendo. Mas hoje vigiar apenas não basta.

(Transcrito do jornal O GLOBO, edição de 19.11.88. Artigo assinado por Sérgio F. Quintela. Empresário e membro do Conselho Monetário Nacional, Sérgio F. Quintela, é Vice-Presidente da ABDIB e integrante do Conselho da Universidade Católica do Rio de Janeiro).